



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

ATORES SOCIAIS E INTERESSES NA INTERFACE DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO PARQUE ESTADUAL DAS DUNAS EM BARRA DOS COQUEIROS-SE

Sindiany Suelen Caduda dos Santos

Bióloga Licenciada – UFS; Mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente–

PRODEMA/UFS; Pesquisadora do GEOPLAN/UFS/CNPq. Bolsista DAAD.

sindysuelen@hotmail.com

Maria do Socorro Ferreira da Silva

Doutoranda do NPGeo/UFS e Pesquisadora do GEOPLAN/UFS/CNPq. Bolsista

FAPITEC/SE.

ms.ferreira.s@hotmail.com

Rosemeri Melo e Souza

Pós-doutora em Biogeografia e Prof^a Associada DGE/NPGeo e PRODEMA/UFS.

Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Líder do GEOPLAN/UFS/CNPq.

rome@ufs.br

INTRODUÇÃO

O conceito de conflito socioambiental, partindo da concepção de Little (2004), refere-se às lutas sociais entre diversos grupos que possuem distintas formas de relacionamento, tanto com o meio social, como com o meio natural. Na perspectiva, o autor alega que o conflito socioambiental parte do pressuposto de que o conflito permeia em torno das interações entre os múltiplos grupos do meio social e do ecológico. Little (2001), afirma que o conceito socioambiental envolve três dimensões essenciais: mundo biofísico e seus diversos e dinâmicos ciclos naturais, o mundo humano e suas construções sociais e a relação dinâmica e independente entre essas duas dimensões.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

O autor classifica três tipologias para os conflitos socioambientais: conflitos em torno do controle dos recursos naturais; conflitos referentes aos impactos tanto ambientais como sociais, oriundos da ação humana e da natureza; e conflitos que dizem respeito à utilização dos conhecimentos ambientais, referentes a valores e modos de vida.

O estudo dos conflitos socioambientais só torna-se possível quando é realizada a análise dos atores sociais, os quais constituem peças-chave para a realização profunda do estudo dos conflitos, e quando se busca a compreensão dos interesses específicos dos atores participantes. Logo, para que o entendimento do conflito seja válido e confiável é necessário entender em quais posições os atores se situam e quais os objetivos de cada um (PLATIAU *et al.*, 2005).

A Terra pode ser observada tanto do ponto de vista do espaço como através das relações de poder, em que os países do Norte dominam os recursos dos países do Sul. Em meio à visão capitalista que integra o sistema, a questão ambiental surge a partir da globalização e a ciência já não pode ser vista fora dos campos da mercantilização (GONÇALVES, 2002). Assim, na contemporaneidade, os impactos socioambientais gerados pela racionalidade econômica e tecnológica que dominam o mundo estão entre as maiores preocupações sociais (LEFF, 2009).

O resultado desta lógica é a competitividade movida pelos aspectos intrínsecos da globalização, principal responsável pelos diversos embates entre os distintos atores (SANTOS, 2009).

Em se tratando dos conflitos gerados na zona costeira, estes surgem mediante os conflitos de uso e ocupação desordenada das regiões litorâneas, portanto, emergem no âmbito do modo de produção econômica vigente. Tais ambientes, litorâneos e costeiros, e seus ecossistemas, exercem inúmeras funções econômicas e sociais implicando em conflitos que se expressam através das distintas formas de usos e por meio da formação de grupos sociais diferenciados que surgem a partir da apropriação dos recursos naturais (MELO e SOUZA, 2007).

Na perspectiva, os conflitos caracterizam-se pela abordagem de quatro elementos essenciais: atores do conflito que são movidos por distintos interesses; a natureza do conflito seja ela de ordem econômica, política, ambiental, doméstica,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

internacional etc.; objetos do conflito, que podem ser de natureza material ou simbólica, pública ou privada, entre outros; e por fim, as dinâmicas do conflito, que dependem da natureza e possuem história bastante particular (LITTLE, 2001).

No que se refere à institucionalização de Unidades de Proteção Integral, fruto do modelo preservacionista, como os Parques, as definições abordadas para esta categoria levam em conta suas normas de espaço, uso e relevância ambiental, as quais traçaram ao longo do tempo inúmeras implicações aos integrantes da sociedade, caracterizadas em sua essência por conflitos socioambientais (CARDOSO, 2006).

Considerando-se os moldes de criação, os Parques comumente atendem aos anseios de atores sociais ligados ao turismo, o que sem dúvida acirra ainda mais os conflitos, pois de um lado excluem-se comunidades que estiveram arraigadas a essas áreas, usando e ajudando a proteger os recursos naturais, e por outro, gerando lucros para aqueles atores que dispõe de poder político e econômico numa visão mercadológica na natureza.

Todavia, é no sentido de conservação da biodiversidade que as comunidades tradicionais devem ser inseridas, enquanto comunidades participantes dos processos de proteção do meio ambiente. Para Diegues (2000a), as comunidades tradicionais correspondem aos grupos humanos culturalmente distintos que reproduzem de maneira histórica seu modo de vida, com limitado grau de isolamento e que têm por base a cooperação social e formas específicas de relações com o meio ambiente e com os recursos naturais, através de um manejo sustentável e tradicional. Os atores que compõem as comunidades tradicionais referem-se aos povos indígenas e às populações nacionais que se desenvolveram mediante técnicas tradicionais de existência, correspondentes as comunidades indígenas, caiçaras, sitiantes, roceiros tradicionais, quilombolas, ribeirinhas, pescadores artesanais e grupos extrativistas.

A ideia de criação da futura Unidade de Conservação (UC), o Parque Estadual das Dunas, envolvendo os municípios de Barra dos Coqueiros e Santo Amaro, em Sergipe, surge a partir da necessidade de proteger ambientes dunares da sanha devastadora do homem. Entretanto, a categoria Parque, segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (BRASI, 2000) é classificada como UC de Proteção de Integral, fator que impede a participação direta da população no usufruto dos



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

recursos naturais disponíveis na área demarcada para criação da UC, o que poderá acarretar em conflitos socioambientais em função dos atores e interesses diversos pela apropriação, controle e uso desse território contradizendo os preceitos estabelecidos para essa categoria.

O recorte empírico da pesquisa corresponde à Praia de Jatobá, localizada no Povoado Jatobá, município de Barra dos Coqueiros, que faz parte do polígono de criação da futura UC e pertence a uma Área onde se presencia inúmeras práticas desordenadas que impactam o meio natural em favor de questões econômicas. O potencial ecológico da localidade expresso pelo complexo de ecossistemas naturais, entre eles os ecossistemas dunares, é alvo de disputa de diversos atores sociais, desde os atores Institucionais Governamentais (IBAMA, Ministério Público, UFS, EMBRAPA, INCRA, PETROBRÁS, Governo do Estado de Sergipe, SEMARH, ADEMA, Prefeitura Municipal de Barra dos Coqueiros e Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca de Barra dos Coqueiros) e Não Governamentais (Colônia dos Pescadores e Associação das Catadoras de Mangaba), aos Não Institucionais (CODISE, CVRD e comunidades tradicionais, representadas pelas catadoras de mangaba, pescadores, marisqueiras e sítiantes).

No sentido da questão, a temática conflito socioambiental, apesar de ganhar espaços ao longo dos anos por inúmeras áreas das ciências sociais, talvez ainda não tenha se tornado debate central o suficiente nos assuntos que envolvem meio ambiente e sociedade a fim de minimizar questões que envolvem conflitos, visto que em uma sociedade de raízes voltadas para o crescimento econômico é muito difícil falar-se em resolução de conflitos. Todavia, tratar dos aspectos que envolvem os conflitos socioambientais, iniciando pela identificação dos atores e investigação de suas posições frente aos conflitos, talvez seja um passo crucial para a minimização de conflitos já existentes e prevenção de outros que possam ocorrer (PLATIAU, 2005).

Partindo da perspectiva, o presente trabalho foi desenvolvido com o objetivo de identificar os principais atores envolvidos no conflito socioambiental da Área de influência do futuro Parque Estadual das Dunas, a Praia de Jatobá, e analisar os conflitos engendrados nesta Área destacando as posições dos atores frente às problemáticas já existentes, antes mesmo da criação da Unidade de Conservação.

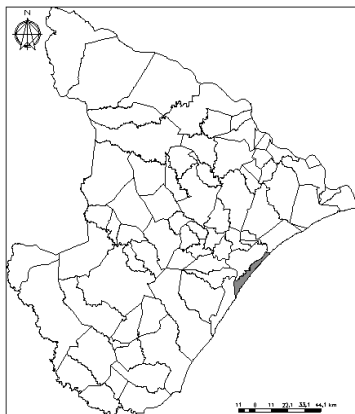
A proposta de criação do Parque parte de propósitos preservacionistas. Entretanto, ainda que seja de fundamental importância a criação de uma UC, é primordial também considerar que estratégias de planejamento devem ser pensadas de maneira sustentável, reduzindo pressões sobre o meio ambiente, além de atuais e ou futuros conflitos socioambientais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA A PESQUISA

Área de Estudo

A área de estudo, o espaço territorial da Praia de Jatobá, está situada no povoado Jatobá, no município da Barra dos Coqueiros, estado de Sergipe (Figura 1), com distância de 18km à Nordeste da sede municipal da Barra dos Coqueiros. (PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DA BARRA DOS COQUEIROS, 2001).

A Praia de Jatobá está localizada no entorno da futura UC abrigando inúmeros atores sociais com interesses diversos pela apropriação, controle e uso dos recursos naturais.



Fonte: SUPES/SEPLAN (2006)

Figura 1: Localização do Município de Barra dos Coqueiros no Estado de Sergipe



Figura 2: Área correspondente à Praia de Jatobá, situada no povoado Jatobá.

Etapas da pesquisa



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Considerando a abordagem socioambiental do artigo, a presente proposta utilizou-se da pesquisa bibliográfica como instrumento basilar para a identificação dos possíveis atores sociais participantes dos processos que norteiam a política das Áreas Protegidas, especialmente das UCs. Consoante a Marconi e Lakatos (2009), o estudo baseado na literatura pertinente é imprescindível à clareza e consistência do trabalho, consistindo em fonte de informação para a questão problematizada.

O trabalho foi desenvolvido tomando por base literaturas-chave como Little (2001), que trata dos conflitos socioambientais no modelo social em que se vive, assim como outras referências, fundamentais para análise no escopo desse ensaio.

A presente pesquisa contou com a realização de entrevistas semi-estruturadas que foram elaboradas mediante observações diretas e sistematizadas e dos diálogos informais. O contato inicial foi estabelecido com a Secretária de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca do município de Barra dos Coqueiros, com a presidente da Associação de moradores do povoado Jatobá, com a representante da Colônia de Pescadores da Barra dos Coqueiros e com moradores de Jatobá que frequentam a Praia.

A primeira entrevista realizada no mês de outubro de 2010 foi feita com a Secretária de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca do município de Barra dos Coqueiros. A entrevista semi-estruturada utilizou da abordagem qualitativa, fator relevante para o fornecimento de dados referentes aos atores envolvidos na problemática dos conflitos que envolvem a criação da UC.

As entrevistas subsequentes aconteceram com as comunidades tradicionais da região, de Fevereiro a Abril de 2011. Na ausência de cadastro das comunidades tradicionais no município, a metodologia utilizada para escolha dos atores entrevistados foi fundamentada na seleção de atores sociais indicados pela Secretária de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca da Barra dos Coqueiros, pela presidente da Associação de Moradores do povoado Jatobá, como também por uma catadora de mangaba pertencente ao Movimento das Catadoras de Mangaba (MCM) de Sergipe que mora no povoado Jatobá, pela diretoria da colônia de pescadores da Barra dos Coqueiros e pelas próprias comunidades que indicavam os membros participantes.

É importante ressaltar que a entrevista é um procedimento utilizado para investigações sociais (MARCONI, LAKATOS, 2009). Consoante as autoras, as



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

entrevistas semi-estruturadas acontecem de forma que os entrevistados sintam-se livres para descrever determinadas questões. As autoras consideram que neste tipo de entrevista as perguntas são abertas e podem ser desenvolvidas mediante uma conversa informal.

O trabalho também contou com a observação de reuniões ocorridas entre as comunidades e representantes de Programas financiados pela Petrobrás: “Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras Bacia Sergipe/ Alagoas, (PEAC)” e “Gerando renda e tecendo vida em Sergipe” e com diálogos informais com representantes das comunidades.

Nesta perspectiva, os dados foram tabulados e analisados com vistas à geração do quadro dos atores sociais presentes na área e a atuação destes atores perante os conflitos socioambientais já existentes no entorno da futura Unidade de Conservação, o que consiste na descrição da dinâmica do conflito.

ATORES DO CONFLITO SOCIOAMBIENTAL NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO PARQUE DAS DUNAS

O Povoado Jatobá constitui uma das localidades do litoral norte sergipano que possui diversidade cultural peculiar representada por atores sociais que têm sua identidade revelada nas vivências singulares da pesca, da mariscagem e da cata da mangaba. A área, portanto, é fonte de recursos naturais que mantém viva as comunidades tradicionais da região, tanto no que se refere ao próprio sustento quanto no que diz respeito ao modo de vida característico destas comunidades.

O povoado também possui uma rede de significados políticos e econômicos voltados para a utilização dos recursos naturais, que nos últimos anos tem acontecido de forma desenfreada. Nas últimas décadas inúmeras formas de apropriação do território, dentre elas, as instalações de indústrias, empresas e condomínios, com fins meramente econômicos, são responsáveis pelo cenário atual do povoado Jatobá. O Porto do estado está localizado exatamente na Praia de Jatobá, bem como o Polo Cloroquímico, embora esteja inativo, além dos Loteamentos Praia do Porto e Costa Azul.

A ideia de criação de uma UC advém do fato da Área representar um dos pontos de biodiversidade do estado de extrema relevância e, especialmente, da necessidade de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

compensar de alguma maneira os danos presentes e futuros causados pelas práticas antropogênicas ao ambiente em questão.

Na proposta inicial da criação da UC, a área delimitada para sediar o Parque era de 5,7 Km de extensão, envolvendo municípios de Barra dos Coqueiros e Santo Amaro, cidades vizinhas, mas em 2009 a Procuradoria Geral do Estado no parecer editado pelo Jornal Cinform, Sergipe, divulgou uma faixa de 2.140,78 hectares para o Parque das Dunas, incluindo dunas, paleodunas, manguezais e lagoas, além do relevante aquífero Marituba (SERGIPE, 2009). Considerando o povoado Jatobá, esta redução de área, segundo a Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca de Barra dos Coqueiros, teve influência de grandes proprietários de terra que moram em Jatobá. A justificativa para isto pode está relacionada ao fato que a delimitação de uma área com grande extensão territorial resultaria na desapropriação dos territórios dos proprietários de terra, visto que a categoria Parque, prevê obrigatoriedade de desapropriação fundiária, o que poderá acarretar vários conflitos com os proprietários.

A redução da área de proteção mostra-se problemática à medida que a proteção da biodiversidade mostra-se limitada em um município de 91,1 Km² de extensão com multiplicidade de ecossistemas determinada por estuários dos rios que limitam parte do território pela costa fluvial ocidental e pela presença do mar na costa oriental.

Pode-se observar até então duas problemáticas que giram em torno dos atores sociais: donos de terras que se apropriam da área e comunidades tradicionais que sobrevivem dos recursos naturais disponíveis, e a política preservacionista que se pretende aplicar em um povoado onde as comunidades tradicionais são carentes e sobrevivem dos recursos naturais disponíveis na localidade.

Nesta ótica, a identificação dos atores que participam da lógica dos conflitos é um passo fundamental para posterior identificação das polarizações, das distintas táticas e estratégias pelos variados atores e para a escolha de mecanismos apropriados a uma política de resolução dos conflitos, em que a ideia, conforme Vargas (2007) é tornar claro os pontos de interesse e necessidades comuns a partir da intensa comunicação e diálogo, de maneira que se atenda a todos os atores, sem beneficiar uns em detrimento de outros.



Mediante os campos de participação de reuniões, dos diálogos informais com representantes das comunidades e das entrevistas semi-estruturadas realizadas com as comunidades tradicionais, foi permitido identificar os atores já existentes e que têm influência direta sobre a Área. Seguindo as concepções de Little (2001), os atores sociais foram classificados em: Institucionais (Governamentais), Institucionais (Não-Governamentais) e Não-Institucionais.

Quadro 1: Atores e Natureza dos conflitos socioambientais em Jatobá

Atores do Conflito		Natureza
¹ Institucionais (Governamentais)	IBAMA ¹ ; Ministério Público; UFS ² ; EMBRAPA ³ ; INCRA ⁴ ; Petrobrás; Governo de Sergipe; SEMARH ⁵ ; ADEMA ⁶ ; Prefeitura Municipal de Barra dos Coqueiros.	Social; Econômica; Ambiental; Territorial e Política
² Institucionais (Não Governamentais)	Colônia de Pescadores, Associação das Catadoras de Mangaba.	Social; Ambiental; Econômica; Cultural; Territorial e Política
³ Não Institucionais	CODISE ⁷ ; CVRD ⁸ ; Catadoras de mangaba; Pescadores artesanais; Marisqueiras; Veranistas; Donos de hotéis; Donos de Bares e Sítiantes.	Social; Cultural; Econômica; Ambiental e Política

Fonte: SANTOS, 2011 a partir das recomendações de LITTLE, 2001.

Dinâmica do Conflito: Atores Institucionais (Governamentais)

Em virtude da intensa especulação imobiliária na Área de Preservação Permanente (APP), o Ministério Público juntamente com o IBAMA e a ADEMA têm se colocado em favor da desapropriação da Área da Praia de Jatobá, entorno da futura UC.

A área foi ocupada e inúmeras casas de veraneio, assim como vários empreendimentos, deram lugar à paisagem natural da localidade, prejudicando a dinâmica da natureza e destruindo gradativamente o equilíbrio natural em suas

¹ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

² Universidade Federal de Sergipe

³ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

⁴ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

⁵ Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

⁶ Administração Estadual do Meio Ambiente

⁷ Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado de Sergipe

⁸ Companhia Vale do Rio Doce



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

condições prístinas. A APP está ocupada de forma irregular há quase 30 anos pelos atores não institucionais, desconsiderando para este caso a CODISE e a CVRD, e isso tem gerado discussões e conflitos entre as populações que ocupam o espaço e órgãos públicos em questão.

A Universidade Federal de Sergipe atua por meio da coordenação de projetos e implantação destes, através da gestão participativa com as comunidades, como demonstra o projeto em parceria com a Petrobrás: “Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras”.

A EMBRAPA e o INCRA atuam como mediadoras dos conflitos lidando com as comunidades locais e tradicionais. Ressalte-se o atual desempenho da EMBRAPA Tabuleiros Costeiros com as catadoras de mangaba em todo litoral sergipano ao trabalhar com o mapeamento e conservação dos recursos genéticos da mangabeira, envolvendo as populações tradicionais de catadoras existentes e considerando a relevância do papel exercido por essas catadoras na conservação dos recursos naturais.

O Governo do Estado até então tem se mostrado neutro em relação à criação da Unidade de Conservação. Mesmo em meio a toda situação conflituosa que tem ocasionado de forma direta ou indireta intensa degradação de Jatobá, o decreto de criação da UC ainda não foi assinado. Inúmeros apelos do próprio município de Barra dos Coqueiros, da SEMARH e de estudantes da UFS, que defendem a proteção dos ecossistemas dunares presentes na localidade, foram feitos ao Governo do Estado, mas nenhuma resposta concreta foi constatada.

A SEMARH tem mediado junto a Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca da Barra dos Coqueiros questões ligadas a necessidade de criação e implementação de uma UC, com o propósito de proteger a biodiversidade que ainda existe na Área, reconhecida como APP, de acordo com o disposto no Novo Código Florestal Brasileiro, na Lei 4.771/65.

Por outro lado, é importante salientar que a SEMARH defende uma proposta preservacionista com a política de Parque. Se por um lado a SEMARH incentiva a proteção dos recursos naturais, por outro é importante refletir acerca da problemática que pode ser gerada com as comunidades tradicionais caso seja de fato criada uma Unidade de Proteção Integral na localidade que dispõe dos recursos naturais essenciais à



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

sobrevivência. É preciso pensar: Para onde irão estas comunidades? Como elas sobreviverão caso sejam impedidas de retirar os recursos naturais?

A Prefeitura e a Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca de Barra atuam de maneira conjunta nas questões ligadas ao Meio Ambiente. A Secretaria tem se posicionado de forma marcante perante as pressões imobiliárias, na tentativa de manter o que resta de diversidade biológica local, principalmente em áreas de manguezal. O trabalho recorrente da Secretaria com as catadoras de mangaba e com os pescadores está vinculado ao posicionamento da atual Gestão na tentativa de manter áreas de manguezal e restinga. Por outro prisma, o trabalho é muito incipiente e em muitas das vezes a falta de recursos financeiros tem dificultado a realização de uma proposta mais abrangente com todas as comunidades do município.

Dinâmica do Conflito: Atores Institucionais (Não-Governamentais)

A Colônia de Pescadores é reconhecida como órgão de classe dos trabalhadores do setor artesanal da pesca, com forma e natureza jurídica próprias, obedecendo ao princípio da livre organização previsto no art. 8º da Constituição Federal (BRASIL, 2008).

Em Jatobá, a pesca é uma atividade relevante, uma vez que representa a base do sustento da comunidade pesqueira local. Entretanto, a apropriação do território por empresas como a Petrobrás, especialmente, é um dos fatores que gera conflitos na Área do entorno da futura UC, os quais podem ampliar-se à medida que a Área de Proteção Integral for criada, já que limitará mais ainda os espaços em que os pescadores poderão ter acesso.

Por outro viés, a Petrobrás à medida que se apropria dos espaços, tem-se mostrado conciliadora das questões conflituosas em torno das comunidades pesqueiras, envolvendo pescadores e marisqueiras. O “Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras Bacia Sergipe/Alagoas”, PEAC, da Petrobrás, abrange as comunidades de Jatobá e existe para atender as designações específicas do IBAMA voltadas para Educação Ambiental, com o propósito de compensar as comunidades da área de abrangência dos empreendimentos marítimos da Petrobrás – Unidade de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Negócio de Exploração e Produção de Sergipe e Alagoas – UN-SEAL e diminuir ou eliminar os impactos negativos gerados desses empreendimentos (PEAC, 2010).

Apesar do PEAC está atendendo as demandas solicitadas, pois já foram aprovadas, a grande problemática gira em torno dos lentos passos para a concretização de tudo aquilo que é prometido aos pescadores e marisqueiras pela Petrobrás, como objetos de uso para trabalho (redes de pesca, canoas etc). Este fato é responsável pela insatisfação e desânimo dos pescadores com o Programa, fator que os coloca em posição de inércia perante os problemas. Tudo isso resulta em novas formas de apropriações de território, intensa e contínua degradação ambiental, surgimento de novos atores sociais e novos conflitos socioambientais.

Logo, a importância de Programas voltados para Educação Ambiental são cada vez mais necessários para incentivar as comunidades tradicionais locais a continuar lutando pelos direitos que lhes cabem e por maiores espaços na sociedade.

Já a Associação das Catadoras de Mangaba, apesar de ter maiores representantes no povoado Capuã da Barra dos Coqueiros, conta com a presença de mulheres que atuam na cata da mangaba na Área de Jatobá. É importante salientar que estas catadoras também compõem o Movimento das Catadoras de Mangaba do Estado. Existem dois campos de conflitos em torno das catadoras de mangaba: o primeiro corresponde aos conflitos entre as próprias catadoras do povoado Capuã e Jatobá, o que expressa uma situação tensa dentro da própria Associação, e o outro, refere-se à criação da UC propriamente dita, já que estas catadoras deverão deixar de fazer coletas do fruto na área do Parque e ficarão restritas a cata da mangaba em áreas particulares onde ou não se pode coletar ou se paga diária aos proprietários de terra.

Dinâmica do Conflito: Atores Não Institucionais

A CODISE e a CVRD, juntamente com o órgão Institucional Governamental Petrobrás também atuam na Área do entorno da futura UC. Em virtude das limitações impostas às populações menos favorecidas, como as comunidades tradicionais, estas comunidades se veem obrigadas a invadir áreas particulares, como as pertencentes à CODISE e à CVRD para retirar recursos naturais.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

As catadoras de mangaba, os pescadores e as marisqueiras compõem as comunidades tradicionais do Povoado Jatobá. Estes atores sociais compõem a Colônia dos Pescadores e a Associação das Catadoras de Mangaba, respectivamente. Os campos de conflitos destes atores foi retratado acima, mas um outro fator agravante que envolve estas comunidades concerne ao conflito que envolve o IBAMA e o Ministério Público, especialmente, órgãos que já deixaram clara a necessidade de retirar toda a população da APPs. Nos meses de realização das entrevistas foi observado o cenário diferenciado da localidade no que se refere aos habitantes da Praia. São veranistas, donos de bares, donos de loteamentos, pescadores e marisqueiras, estes últimos vivem dos dois lados do Porto de Sergipe, sendo que no lado onde não existem casas, há uma vila de pescadores onde são observadas casas feitas de palha e comunidades tradicionais bem carentes, todos a mercê da derrubada de suas residências e movidos pelo medo de perderem suas moradias e o direito de sustentar-se dos recursos locais.

Logo, a situação afeta a todos na Praia, mas a problemática é ainda maior quando envolve as comunidades tradicionais, pois a retirada efetiva destas populações é algo que ultrapassa as condições e necessidades dos outros atores que tomam a Área como objeto de lazer, recreação e lucros para os atores privilegiados, os quais se apropriam das áreas naturais, sobretudo numa visão mercadológica da natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As disputas pela apropriação, controle e uso dos recursos naturais têm sido intensificadas face ao modelo de desenvolvimento vigente, movido, por sua vez, pelas singularidades da globalização que permite a legitimação de privilégios de usos da natureza e a apropriação cultural de bens naturais que é de direito de uso dos homens.

Os conflitos socioambientais interligam questões socioambientais, e, para serem minimizados, há uma necessidade de mediar as discrepâncias de interesses existentes em torno dos variados objetos de disputa. A questão é que, na ótica dos conflitos socioambientais, o homem limita de forma injusta seus espaços e cria uma relação entre sociedade e natureza submetida aos processos de desenvolvimento econômico.

Em se tratando das questões norteadoras da criação e implementação de UCs, é válida a estratégia para conservação dos recursos naturais. Todavia, é preciso pensar nas



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

comunidades tradicionais e locais que têm os recursos naturais existentes nesses territórios como substrato de vida. Quanto aos conflitos socioambientais, a institucionalização de Áreas Protegidas, principalmente de UCs de Proteção Integral, nem sempre pode ser considerada como eficaz rumo a extinção e/ou redução de conflitos, uma vez que a proibição de uso dos recursos naturais, tende ampliar aqueles já existentes, assim como o surgimentos de novos.

Acrescente-se que, uma vez ampliados os conflitos, as Áreas estabelecidas para a proteção podem também ter ameaçadas a permanência dos recursos naturais, visto que a disputa colocará em questão o dilema de sobrevivência para alguns atores sociais, especialmente aqueles menos favorecidos, como é o caso das comunidades tradicionais e locais que têm sua forma de subsistência ameaçada, e os grandes empreendedores.

O caso do Parque Estadual das Dunas é um forte exemplo de como as discrepâncias de perfis de atores sociais demonstram jogos de interesses diversos em uma Área da Zona Costeira de alto potencial ecológico e econômico, indicando conflitos já existentes que podem ter uma amplitude maior caso seus objetos de atual dominação sejam postos em questão de maneira que proíba e/ou limite a apropriação e uso de recursos naturais pelos atores.

Como resolver os conflitos socioambientais é algo extremamente difícil em uma sociedade altamente voltada para satisfações econômicas. Nesse sentido, é preciso, ao menos por enquanto, reconhecer quais os atores, seus objetos de disputa e suas posições frente aos conflitos, enquanto Instituição, e quais possíveis conseqüências a serem enfrentadas a partir da não resolução e/ou minimização do problema. A mediação dos conflitos precisa ser efetivada antes mesmo da criação da UC.

No âmbito da questão, para que a problemática conflituosa seja amenizada, políticas de gestão ambiental podem ser pensadas e configuradas de forma que envolva as populações envolvidas, e de forma passiva, busque alternativas que atendam aos quesitos legais do SNUC e de valorização das populações, e em especial das comunidades reconhecidas como tradicionais. São as práticas de gestão, envolvendo questões políticas, administrativas, econômica, científica e socioambientais, fortes mediadoras de uma relação de maior harmonia entre sociedade e natureza. O manejo e



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

gestão das áreas naturais precisam está ligados às práticas de desenvolvimento, culturais e simbólicas.

A realidade leva a crer que só através da elaboração de estratégias de planejamento, com base sustentáveis, poder-se-a aliar economia e conservação do meio ambiente. A legitimação de um desenvolvimento sustentável é um passo importante rumo à redução de pressões sobre o meio ambiente e até mesmo à diminuição dos conflitos, à melhoria das condições biofísicas do sistema natural e à permanência de formas de uso, desde que estas respeitem o potencial de uso da natureza.

REFERÊNCIAS

ACSERALD, Henri. **Conflitos ambientais no Brasil**. São Paulo: Relume Damara, 2004.

BENSUSAN, N. **Conservação da Biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL, Art. 225. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível

Em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em 20 de set. de 2010.

BRASIL, Lei nº 11.699, de 13 de Junho de 2008, Art., 1º. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11699.htm. Acesso em 23 de Abril de 2011

BURSZTYN, M. Introdução. In: BURSZTYN, M (Org). **A Difícil sustentabilidade política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

CARDOSO, P. M.; **Conflitos Socioambientais em áreas protegidas: interesses e estratégias nas disputas pela legitimidade na redefinição do Parque Estadual Delta do Jacuí – RS**. 2006. 130 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2006.

COELHO, M. C. N.; CUNHA, L. H.; MONTEIRO, M. de A. Unidades de Conservação: populações, recursos e territórios. Abordagens da geografia e da ecologia política. In: GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. (Orgs.). **Unidades de**



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Conservação: abordagens e características geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

DIEGUES, A. C. **Biodiversidade e Comunidades tradicionais no Brasil.** São Paulo: NUPAUB-USP; 2000a.

DIEGUES, A. C. Etnoconservação da Natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** São Paulo: Hucitec; NUPAUB-USP, 2000.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada.** 3. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

DIEGUES, A., C. S; NOGARA, P., J. **O Nosso lugar virou Parque: Estudo sócio ambiental do Soco de Mamangá – Parati, Rio de Janeiro.** São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras /USP, 2005.

GUIMARÃES JÚNIOR, J. C. **Conflitos socioambientais da faixa de preservação permanente da lagoa Formosa, em Planaltina – GO.** 2005. 66f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão Ambiental). Universidade Católica de Brasília, 2005.

LITTLE, P. E. A etnografia dos conflitos sócio-ambientais: bases metodológicas e empíricas. **Anais do I Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade - ANPPAS. Indaiatuba- SP,** Maio de 2004. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2>. Acesso em 20 de out. de 2010.

LITTLE, P. E. Os Conflitos Socioambientais: um campo de estudo e de Ação-Política. In: BURSZTYN, M (Org). **A Difícil sustentabilidade política energética e conflitos ambientais.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MELO e SOUZA, R. **Redes de Monitoramento Socioambiental e Tramas da Sustentabilidade.** São Paulo: Anablume; Geoplan, 2007.

PLATIAU, A. F. B; SAYAGO, D. A. V; NASCIMENTO, E. P; MOTA, J. A; DRUMMOND, J. A; MOURÃO, L. DUARTE, L. M. G; WEHRMANN, E. de S. F;



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

BURSZTYN, M. BURSZTYN, M. A. LITTLE, P. E; THEODORO, S. H). Uma Crise Anunciada. In: THEODORO, S. H. (Org). **Mediação de Conflitos Socioambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM COMUNIDADES COSTEIRAS BACIA SERGIPE/ALAGOAS, PEAC. Disponível em: <
http://programapeac.com.br/?page_id=>. Acesso em 23 de Abril de 2011.

SERGIPE, **Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos**, 2009.

Disponível em: <

<http://www.semarh.se.gov.br/modules/news/article.php?storyid=263>>. Acesso em 05 de Fevereiro de 2009.

SIMON, A. Conflitos na conservação da natureza: o caso do Parque Estadual da Serra da Tiririca. **II Encontro da ANPPAS**, Indaiatuba – São Paulo – Brasil, 26 a 29 de maio de 2004.

VIVACQUA, M.; VIEIRA, P. F. Conflitos socioambientais em unidades de conservação. **Política & Sociedade**. n. 7., out., 2005.